



**Resposta à interpelação escrita apresentada pela deputada à  
Assembleia Legislativa, Wong Kit Cheng**

Em cumprimento das instruções do Chefe do Executivo, apresento, após ter consultado o Corpo de Polícia de Segurança Pública, a seguinte resposta à interpelação escrita da Deputada Wong Kit Cheng, de 11 de Dezembro de 2014, enviada a coberto do ofício n.º1115/E890/V/GPAL/2014 da Assembleia Legislativa de 17 de Dezembro de 2014 e recebida pelo Gabinete do Chefe do Executivo em 18 de Dezembro de 2014:

O Governo da RAEM está ciente da procura de serviços de táxis especiais por parte da população, visto que a taxa de sucesso da chamada e a taxa de atendimento telefónico da Companhia Vang Iek Radio-Taxi, Limitada só atingiu mais de 40%, desde a renovação do contrato no dia 7 de Fevereiro de 2014. Uma vez que a Vang Iek não foi capaz de satisfazer as necessidades de desenvolvimento social, o governo respeitou a decisão comercial tomada por esta, caducando as 100 licenças especiais de táxis após o termo do prazo, em 6 de Novembro do ano passado.

Apesar da quantidade de serviços de táxis especiais anteriormente prestados pela Vang Iek não ser muita, o governo compreende que, caso caduquem as suas licenças especiais de táxis, é inevitável um impacto à utilização dos respectivos serviços por parte dos passageiros, assim sendo, a Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego tem mantido a comunicação com as duas associações de serviços de táxis, na expectativa de reforçar os serviços de chamada de táxis para complementar as necessidades, com base na rede de serviços da estação de rádio chamada anteriormente existente. Os referidos apoios são apenas medidas de transição, e para longo



澳門特別行政區政府  
Governo da Região Administrativa Especial de Macau  
交通事務局  
Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego

prazo, o governo irá tomar como referência as opiniões recolhidas através da última consulta pública sobre a “Revisão do Regime Jurídico do Transporte de Passageiros em Automóveis Ligeiros de Aluguer (Táxis)” para ajustar e determinar o rumo a seguir no futuro desenvolvimento dos serviços de táxis especiais, aperfeiçoar o regime de atribuição das licenças especiais de táxis, melhorar os serviços e criar um bom ambiente de exploração para as operadoras, em ordem a melhor responder à procura dos serviços de táxis especiais da sociedade.

Antes da entrada em vigor da lei, o governo continuará a avaliar a procura dos serviços de táxis da sociedade, e atribuir mais licenças de táxis com validade anual mediante concurso público, para além das 200 licenças de táxis atribuídas no ano de 2014. Atendendo à sucessiva expiração do prazo das 230 licenças de táxis com validade anual em 2015 e 2016, a DSAT prevê que irá realizar novamente os trabalhos relacionados com o concurso público para atribuição de licenças de táxis no segundo trimestre deste ano, no sentido de emitir um determinado número de licenças de táxis com validade anual para coordenar com as necessidades da sociedade no que se refere aos serviços de táxis.

Por outro lado, tendo em conta os resultados obtidos durante a consulta em causa, irão ser elaboradas medidas viáveis e mecanismos que correspondam ao interesse geral de Macau, em conjugação com a realidade social de Macau e mediante o equilíbrio dos interesses das diversas partes e consenso da sociedade, por forma a determinar o rumo de desenvolvimento que a política dos serviços de táxis segue a médio e longo prazo, fazendo com que os serviços de transporte de passageiros em táxis de Macau se tornem cada vez melhor no futuro.

De acordo com o disposto no vigente Regulamento do Trânsito Rodoviário, os veículos de uso particular matriculados não podem fornecer serviços de

2/3




澳門特別行政區政府  
Governo da Região Administrativa Especial de Macau  
交通事務局  
Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego

transporte com remuneração. O Corpo de Polícia de Segurança Pública tem sempre envidado esforços para combater a actividade ilegal respeitante à “prestação de serviços de transporte sem a devida autorização”, assim como, efectuado as planificações e operações específicas, mediante o destacamento de pessoal especializado de forma não regular nos postos fronteiriços e pontos turísticos para realizar vigilâncias, e também o alargamento do âmbito da vigilância com o acréscimo de pessoal para aumentar a força de combate. Além disso, em harmonia com a entrada em vigor, a 18 de Dezembro de 2014, dos novos horários de funcionamento dos postos fronteiriços, o CPSP tem procedido os devidos ajustamentos nas suas planificações tendo em conta a alteração do modelo de operação ilegal dos “veículos sem licença de operação”.

Relativamente à actividade ilegal respeitante à “prestação de serviços de transporte sem a devida autorização”; o CPSP irá estar bastante atento a observar as eventuais modificações encontradas no referido modelo de operação ilegal, tendo como base as experiências e análises adquiridas nos trabalhos de investigação e de autuação do passado, com vista a tomar medidas eficazes para combater a mudança do seu modelo, combatendo e reprimindo a actividade em causa.

Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego, aos 4 de Fevereiro de 2015.

O Director dos Serviços,

  
Wong Wan

3/3